



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

### 1. Nome da Unidade curricular:

Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia

### 2. Informação Complementar:

Duração: Semestral  X Anual

Horas de Trabalho: \_\_\_\_\_

Créditos ECTS: \_\_\_\_\_

### 3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Tiago Antunes (2h/semana)

### 4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Não aplicável

### 5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Pretende-se que os estudantes sejam capazes de identificar e expor os principais marcos de desenvolvimento do Direito Internacional do Ambiente, do Direito Europeu do Ambiente, bem como do tratamento jus-internacional e jus-europeu do Direito da Energia.

Atenta a vastidão das matérias cobertas por estes universos jurídicos, mais do que um conhecimento transversal e exaustivo, pretende-se que os estudantes conheçam os principais temas ou regimes estruturantes, de acordo com uma seleção baseada em critérios de importância e atualidade, demonstrando que conseguem: i) identificar as respetivas fontes ou contextos fundacionais; ii) justificar a sua essencialidade no domínio ambiental e energético; iii) sintetizar, em traços gerais, o tratamento jurídico dessas matérias e o seu contributo para a proteção do ambiente ou regulação do sector energético; iv) avaliar criticamente o estágio de evolução do Direito Internacional e/ou Europeu nesses domínios; e v) discutir, de forma articulada e fundamentada, as grandes problemáticas suscitadas em cada uma dessas áreas.

### 6. Conteúdos programáticos:

1. **Introdução**
2. **Direito Internacional do Ambiente: origens e evolução**
3. **Direito Europeu do Ambiente: origens e evolução**
4. **A emergência e desenvolvimento do Direito da Energia nos contextos jus-internacional e jus-europeu**
5. **Princípios de Direito Internacional e Europeu do Ambiente**
  - 5.1. Prevenção
  - 5.2. Precaução
  - 5.3. Poluidor-pagador
  - 5.4. Nível elevado de proteção
  - 5.5. Outros
6. **Alguns conceitos de Direito Internacional e Europeu do Ambiente**
  - 6.1. Desenvolvimento sustentável
  - 6.2. Responsabilidades comuns mas diferenciadas
  - 6.3. Solidariedade intergeracional
  - 6.4. Mecanismos de mercado
  - 6.5. Outros



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

7. **Temas de Direito Internacional do Ambiente: uma seleção**
  - 7.1. Poluição transfronteiriça
  - 7.2. Camada de ozono
  - 7.3. Alterações climáticas
  - 7.4. Ambiente marinho
  - 7.5. Biodiversidade
  - 7.6. Desastres naturais
  - 7.7. Comércio internacional e proteção ambiental
  - 7.8. Acesso à informação, participação e justiça ambiental
  - 7.9. Direitos humanos e proteção ambiental (dimensões procedimental e substantiva)
  - 7.10. Outros
8. **Regimes de Direito Europeu do Ambiente: uma seleção**
  - 8.1. Avaliação de impactes ambientais
  - 8.2. Prevenção e controlo integrados da poluição
  - 8.3. Responsabilidade ambiental
  - 8.4. Alterações climáticas
  - 8.5. Outros
9. **Tópicos de Direito Internacional e Europeu da Energia: uma seleção**
  - 9.1. Proteção de investimentos e Carta Europeia da Energia
  - 9.2. Combustíveis fósseis: extração, transporte e exploração
  - 9.3. Energias renováveis e eficiência energética
  - 9.4. Energia nuclear
  - 9.5. Outros
10. **Litigância ambiental e climática**
  - 10.1. Tribunais e órgãos internacionais
  - 10.2. Tribunais nacionais

#### **7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:**

Os conteúdos programáticos lecionados nesta disciplina permitem conhecer a origem e o desenvolvimento dos universos jurídicos em questão, bem como, através de uma seleção baseada em critérios de importância e atualidade, percorrer os principais temas e regimes jurídicos estruturantes do hodierno Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia. Deste modo, ficam os estudantes, por um lado, habilitados a discorrer criticamente sobre as grandes tendências e eixos temáticos em que se estrutura a proteção jurídica do ambiente, bem como a regulação energética no contexto internacional e europeu, e, por outro lado, capacitados para fazer uso dos conceitos, princípios e mais relevantes ferramentas jurídicas empregues neste âmbito.

#### **8. Metodologias de ensino:**

O ensino basear-se-á em aulas interativas, que pressupõem e estimulam a participação dos estudantes, os quais são igualmente desafiados a realizar uma curta apresentação oral, de modo a introduzir cada novo tema ao resto da turma.

Assim, os conteúdos programáticos são objeto de diferentes e sucessivas camadas de tratamento pedagógico: introdução por um colega, desenvolvimento pelo professor através de exposições dialéticas, e discussão em classe, que se pretende o mais participada possível.

Para além disso, cada estudante realizará um trabalho escrito para desenvolvimento mais aprofundado (ainda que de forma sucinta) de um tema à sua escolha.

#### **9. Avaliação:**

Serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

- Participação nas aulas (25%) + apresentação oral curta (25%)
- Exame final (50%)



## 10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A metodologia de ensino empregue nesta disciplina permite que os estudantes adquiram um conhecimento informado e uma capacidade de raciocínio crítico sobre os principais temas estruturantes do Direito Internacional e Europeu do Ambiente e da Energia, habilitando-os quer à identificação, tratamento sucinto e breve exposição das temáticas e estado de desenvolvimento atual destes universos jurídicos, quer a um trabalho mais aprofundado de análise e problematização dos principais temas e dos instrumentos mais relevantes para a proteção do ambiente e para a regulação da energia ao nível europeu e internacional.

## 11. Bibliografia principal:

- AMADO GOMES, C., *Introdução ao Direito do Ambiente*, 6.ª ed., Lisboa: AAFDL, 2023
  - *Direito Internacional do Ambiente. Uma abordagem temática*, Lisboa: AAFDL, 2018
- AMADO GOMES, C. / LANCEIRO, R., “Sobre o direito de acesso à justiça eurocomunitária em matéria ambiental: Wie lange... Plaumann?: Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção) de 13.1.2015, procs. apensos C-404/12P e C-405/12P”, in *Cadernos de Justiça Administrativa*, n.º 117 (Maio-Jun. 2016), pp. 22-36
- AMADO GOMES, C. / OLIVEIRA, H. (Eds.), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol. I – *Parte geral*, 2.ª edição, Lisboa: CIDP/ICJP, 2022
- AMADO GOMES, C./OLIVEIRA, H. (Eds.), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol. II – *Parte especial*, Lisboa: CIDP/ICJP, 2022
- ANTUNES, T., *Pelos caminhos jurídicos do ambiente – Verdes Textos I*, Lisboa: AAFDL, 2014
- BIRNIE, P./BOYLE, A./REDGWELL, C., *International Law & the Environment*, Oxford University Press, 2009
- BODANSKY, D./BRUNNÉE, J./HEY, E. (Eds.), *The Oxford Handbook of International Environmental Law*, Oxford University Press, 2008
- BÖNNEMANN, M./TIGRE, M. A., *The Transformation of European Climate Litigation*, *Verfassungsbooks*, 2024
- DUPUY, P.-M./VIÑUALES, J., *International Environmental Law*, Cambridge University Press, 2015
- FITZMAURICE, M., *Contemporary issues in International Environmental Law*, Edward Elgar Publishing, 2009
- FITZMAURICE, M./ONG, D. M./MERKOURIS, P., *Research Handbook of International Environmental Law*, Edward Elgar Publishing, 2009
- KAHL, W. / WELLER, M.-P. (Eds.), *Climate Change Litigation – A Handbook*, Beck/Hart/Nomos, 2021
- KINGSTON, S./HEYVAER, V./ ČAVOŠKI, A., *European Environmental Law*, Cambridge University Press, 2017
- KISS, A./SHELTON, D., *Guide to International Environmental Law*, Martinus Nijhoff Publishers, 2007
- KRÄMER, L./ORLANDO, E., *Principles of Environmental Law*, vol VI, Edward Elgar Publishing, 2018
- LANCEIRO, R., “Acidentes industriais e outros regimes internacionais de prevenção, preparação e resposta”, *Direito(s) dos riscos tecnológicos*, AAFDL, 2014, pp. 365-483
- OLIVEIRA, H., “International representation of environmental interests”, *Ordem Jurídica Global do século XXI - sujeitos e atores no palco internacional* (Orgs.: Maria Luísa Duarte/Ana Rita Gil/Tiago Fidalgo de Freitas), AAFDL, 2020, pp. 391-419
  - “Direitos Humanos e proteção do ambiente”, *Direitos humanos e Estado de Direito* (Orgs.: Maria Luísa Duarte/Ana Rita Gil/Tiago Fidalgo de Freitas), AAFDL, 2022, pp. 769-806
- SCOTFORD, E., *Environmental principles and the evolution of Environmental Law*, Hart Publishing, 2017
- TALUS, K., *Introduction to EU Energy Law*, Oxford University Press, 2016
- VILCHEZ MORAGUES, P., “Climate litigation, taking stock of an increasingly complex trend of legal actions”, in *E-Pública: Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 984 (2022), 180-209
- SILVA, V., “The Aarhus Convention: A “Bridge” to a Better Environment”, in *Revista Jurídica do Urbanismo e*



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

do Ambiente, n.ºs 18 / 19, Dezembro 2002 / Junho 2003, pp. 133 ss.

- SANDS, P./PEEL, J., *Principles of International Environmental Law*, Cambridge University Press, 2018

**12. Observações:**

--